

## Tec-Tec-Trim

Cá estou, em um canto de vidro, em meio ao vai-e-vem afoito de quem tem a urgência do presente. De vez em quando, um jovem de terno apressado ou uma estagiária com olhos colados no celular param diante de mim. Eles sorriem, apontam e dizem: “Olha, que relíquia!”. Mal sabem eles que, se pudesse mover meu rolo e liberar meu carro de metal, teria histórias para preencher cada gigabyte de memória desses servidores silenciosos que agora governam o mundo.

Eu sou uma Olivetti Linea 98, cinza-chumbo, pesada como a própria lei. Cheguei a Campinas em dezembro de 1986, no exato instante em que o sol do interior batia nas janelas do recém-criado Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Naquele tempo, a justiça tinha cheiro: era uma mistura de café fresco, papel carbono e a tinta preta das minhas fitas.

Quando o Juiz Francisco Garcia Monreal Junior assumiu a presidência, eu estava lá. Eu não era apenas uma máquina; era a extensão dos dedos de datilógrafos que suavam para transformar conflitos em sentenças. No início, tudo era esforço físico. Para se fazer justiça, era preciso bater forte nas teclas. Cada letra "a" ou "z" exigia a pressão exata. O erro era uma tragédia em miniatura. Quando alguém errava uma palavra no fim de uma lauda, o som das teclas parava. Vinha o suspiro, o vidro de corretivo líquido ou a delicada fita errorex. A justiça era lenta porque era humana, tátil e, acima de tudo, pesada.

Lembro-me das audiências de 1987. O TRT-15 era um recém-nascido tentando dar ordem a um interior que crescia aos saltos. Antes de nós, tudo viajava para a capital. Os processos eram nômades, subindo e descendo a Rodovia dos Bandeirantes em busca de uma decisão na 2ª Região. Quando nos instalamos em Campinas, os papéis pararam de viajar e as pessoas começaram a chegar. Eu registrava o relato de operários de barbas ralas, de boias-frias com as mãos calejadas e de empresários de voz empolada.

O meu momento de glória era o fim da linha. O tec-tec rítmico das minhas entranhas metálicas culminava no som mais poético da burocracia: o trim da minha campainha. Era o aviso de que o espaço acabara, de que era hora de girar

o rolo e recomeçar. Eu sentia o peso do papel carbono. Eram três, quatro vias. A última, quase um fantasma azulado, era o que restava da esperança de alguém.

Os anos passaram e o som ao meu redor começou a mudar. Primeiro, chegou uma tal de IBM Selectric. Ela não tinha tipos de metal que subiam como soldados; ela tinha uma esfera, uma bolinha que girava como uma bailarina louca. Ela zumbia. Não batia, ela flutuava. Eu, com meu chassi de ferro, olhava aquela modernidade elétrica com desconfiança. A justiça estava ficando mais rápida, menos barulhenta. As mãos dos servidores já não ficavam tão sujas de tinta.

Depois, o silêncio se aprofundou. Chegaram as caixas beges com telas de fósforo verde. O cursor piscava, impaciente. Pela primeira vez, vi palavras serem apagadas sem deixar rastro. O erro já não custava tempo, custava apenas um toque na tecla DEL. Eu fui movida de mesa em mesa, do centro da sala para o canto da parede, até chegar ao depósito e, finalmente, ao vidro do museu.

Hoje, em 2026, o TRT-15 completa 40 anos. Olho para os computadores de última geração e ouço falar de algo chamado Inteligência Artificial. Dizem que agora o Tribunal tem algoritmos que leem processos em milésimos de segundo. Dizem que a IA é capaz de prever resultados, de organizar milhares de petições sem que uma única gota de suor caia sobre um teclado.

A justiça tornou-se invisível. Ela corre por cabos de fibra ótica, cruza os céus via satélite e decide vidas em ambientes virtuais onde o papel é uma lembrança exótica. Às vezes, o silêncio desse novo mundo me assusta. Sinto falta do impacto, do cheiro da tinta, da resistência física da verdade sendo colocada no papel.

Mas, de vez em quando, no silêncio da noite, quando as luzes do tribunal se apagam e restam apenas os leds piscantes dos roteadores, eu pareço ouvir um eco. Se você encostar o ouvido no meu teclado frio, ainda poderá escutar o fantasma de uma sentença de 1986. O som de uma reclamação trabalhista de um cortador de cana de Ribeirão Preto, ou o acordo selado entre um metalúrgico de São José dos Campos e sua fábrica.

A Inteligência Artificial pode processar dados a uma velocidade que minhas engrenagens jamais sonharam. Ela pode ler o que eu levava horas para escrever em um piscar de olhos. Mas eu me pergunto, com a sabedoria de quem já foi o

coração mecânico da lei: será que o algoritmo sente o tremor nos dedos de quem espera? Será que a máquina moderna entende que, por trás de cada processo digital, ainda existe o mesmo suor que eu registrava quatro décadas atrás?

O TRT-15 mudou de pele, mas a sua alma permanece a mesma. Saímos do ferro, passamos pelo silício e chegamos ao código. Eu estou aqui, estática e obsoleta, mas orgulhosa. Afinal, cada sentença proferida hoje por um computador ultraveloz carrega, em seu DNA digital, o DNA metálico daquela primeira tecla que eu, com um estalo seco, bati em dezembro de 1986.

A justiça pode até ter perdido o som do tec-tec, mas enquanto houver um conflito humano, ela precisará de alguém — ou de algo — que saiba registrar o peso da verdade. Mesmo que seja em silêncio.

TRIM!

Benedito Antonio Fais